



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 2822013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 10109/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Rio Preto da Eva.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Waldy Lima de Melo, ex-Presidente da Câmara Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

6-Unidade Técnica: DICAMI - Relatório Conclusivo nº 02/2013 (fls. 849/873) e DICOP – Informação nº 324/2013 (874/875).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 235/2013-MP-ELCM da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 881898).

8- Relator: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

EMENTA: *Prestação de Contas. Exercício de 2012. Câmara Municipal de Rio Preto da Eva.*

Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo.

9– ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Rio Preto da Eva**, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. **Waldy Lima de Melo**, Presidente da Câmara Municipal, nos termos do art. 1º, II e 22, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art.188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa ao responsável Sr. Waldy Lima de Melo, Presidente da Câmara Municipal, no valor total de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), nos termos do artigo 1º, inc. XXVI, art. 52, da Lei nº 2.423, de 10.12.1996, pelas seguintes irregularidades, não sanadas:

9.2.1- No valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) pelo atraso de 36 e 33 dias no envio dos dados referentes ao RGF dos 1º e 2º semestres, respectivamente, em desconformidade como disposto no art. 2º, parágrafo único da Res. TCE n.11/2009, sendo R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), por cada relatório, conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002 (RITCE), alterado pela Resolução n. 25 de 30 de agosto de 2012;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 2822013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 10109/2013 – fl.02.

9.2.2- No valor de **R\$ 1.807,94** (um mil, oitocentos e sete reais e noventa e quatro centavos), nos termos do artigo 1º, inc. XXVI c/c art. 52 da Lei nº 2.423 c/c Parágrafo Único, art. 53, da Lei nº 2.423, de 10.12.1996, alterada pela Lei Complementar nº 114, de 23.01.2013, de 10.12.1996, pelas seguintes impropriedades, não sanadas:

9.2.2.1- Ausência de declaração de bens nas pastas dos vereadores da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva;

9.2.2.2- Ausência de declaração de bens e das fichas financeiras nas pastas funcionais dos servidores comissionados da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva;

9.2.2.3- Ausência de justificativas quanto às informações divergentes no ACP quanto aos dados relativos à nomeação e exoneração dos cargos em provimento em comissão relacionados à fl. 858 e os relativos às concessões das diárias, conforme fl. 334-5;

9.2.2.4- Ausência do detalhamento do projeto básico exigido pelo art. 6, inc. IX da Lei nº 8666/93 e das Certidões de Regularidade Fiscal, referente a data da assinatura da Carta Contrato, contrariando o disposto no art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93, referente a Carta Convite nº 002/2012 e Carta Contrato nº 008/2012 firmada com Transmarinho Transp. e Tur. Ltda- ME;

2.2.5 Ausência de publicação de amplo acesso ao público, inclusive em meio eletrônico, dos dados do RGF da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva, contrariando o que explicita o art. 55, § 2º e art. 48 da Lei Complementar Federal n. 101/2000;

9.2.2.5- Ausência de localização, agentes responsáveis e tombamento dos bens, de caráter permanente, nos registros analíticos em desacordo com a memória dos arts. 94, 95, 96 da Lei 4.320/64.

9.2.2.6- Ausência de abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, descumprindo o que dispõe o Art. 38, da Lei 8.666/93, quanto a Dispensa de Licitação nº 06/2012, 09/2012, 04/2012, 05/2012, 13/2012 e 07/2012.

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72º, III, a, da Lei nº 2.423/96.

Dê ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Voto que o fundamentaram ao responsável.

10-Ata: 45ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 14 de novembro de 2013.

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____
Manaus, ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS-DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 2822013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 10109/2013 – fl.03.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13-Representante do Ministério Público junto a este TCE: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral.